

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 04101.010384/2025-07**

**LINKS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, COM  
BASE NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE  
2021.**

Natal, janeiro de 2026

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Alínea a, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links de banda larga corporativa compartilhada com QoS (Quality of Service), com vistas à disponibilização de rede corporativa para as diversas localidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), incluindo garantia do serviço e suporte, de acordo com as especificações e definições constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS.

#### 1.1. DA NATUREZA.

##### 1.1.1. Da forma.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, inciso XV, a solução que se intenta contratar será feita através da prestação de serviços e fornecimentos contínuos, com serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas e com prazos de entrega conforme item “4.4 - Requisitos Temporais”.

##### 1.1.2. Da caracterização do objeto como bens comum.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, inciso XIII, os bens que se intenta contratar são considerados comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem e estão “objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado”.

##### 1.1.3. Da caracterização do objeto como serviço de prestação continuada.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, os bens que se intenta adquirir possuem serviços que possam ser considerados de prestação continuada, por se tratar de serviços decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

#### 1.2. DA ESTIMATIVA DA DEMANDA<sup>1</sup>.

DEMANDA						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE Mbps	DEMANDA MÍNIMA MENSAL	DEMANDA MÁXIMA MENSAL	DEMANDA TOTAL PARA 30 MESES
ÚNICO	1	Link Banda Larga Permanente - Região Metropolitana	50	0	15	450
	2	Link Banda Larga Permanente - Interior do RN	50	0	25	750
	3	Link Banda Larga Permanente - Região Metropolitana	100	0	10	300
	4	Link Banda Larga Permanente - Interior do RN	100	0	50	1500
	5	Link Banda Larga Permanente - Região Metropolitana	250	0	10	300
	6	Link Banda Larga Permanente - Interior do RN	250	0	30	900
	7	Link Banda Larga Permanente - Região Metropolitana	500	0	6	180
	8	Link Banda Larga Permanente - Interior do RN	500	0	4	120
	9	Link Banda Larga Permanente - Região Metropolitana	1000	0	4	120
	10	Link Banda Larga Permanente - Interior do RN	1000	0	1	30
	11	Link Banda Larga Temporário - Região Metropolitana e interior	100	0	2	60
		Link Banda Larga Temporário - Interior do RN	100	0	3	90
	12	Link BGP de acesso à Internet	1000	0	2	60
	13	Link BGP de acesso à Internet	2000	0	2	60
	14	Dupla abordagem Link BGP	1000	0	2	60
	15	Dupla abordagem Link BGP	2000	0	2	60

<sup>1</sup> Conforme Lei Complementar Estadual Nº 648, de 30 de abril de 2019, constituem a Região Metropolitana de Natal, os municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus.

### 1.3. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

#### Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo
1	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
2	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
3	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
4	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
5	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
6	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
7	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
8	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
9	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
10	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
11	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
12	26476	Tráfego de Dados Via Cabo	SERVIÇO
13	26484	Acesso a Internet Via Cabo	SERVIÇO
14	26484	Acesso a Internet Via Cabo	SERVIÇO
15	26484	Acesso a Internet Via Cabo	SERVIÇO
16	26484	Acesso a Internet Via Cabo	SERVIÇO

### 1.4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

A vigência inicial do contrato seja de **30 meses, com possibilidade de prorrogação** conforme a legislação vigente, especialmente o disposto na Lei nº 14.133/2021. Essa duração visa assegurar a plena execução do contrato e a continuidade operacional da rede corporativa do PJRN durante todo o período de uso dos serviços.

Essa duração busca assegurar a estabilidade na prestação do serviço, compatível com a complexidade do objeto, os investimentos técnicos e operacionais envolvidos e a necessidade de continuidade dos serviços de tecnologia da informação essenciais à atividade jurisdicional.

A eventual prorrogação deverá observar os limites e requisitos legais, bem como a vantajosidade para a Administração, conforme previsto nos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Alínea b, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

A presente contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) <sup>2</sup>elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), presente no processo SIGAJUS nº

<sup>2</sup> Disponível em: <https://tjrn.jus.br/documentos/gestao-de-contratos-estudos-preliminares-ans-e-contrato/>

04101.010384/2025-07 que analisou detalhadamente a necessidade, viabilidade técnica e econômica da solução proposta, conforme previsto no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

## 2.1. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

O ETP identificou a necessidade de garantir continuidade, estabilidade e desempenho nos serviços de conectividade entre as unidades do PJRN, diante da crescente demanda por soluções em nuvem, videoconferências, replicação de dados e integração com sistemas nacionais. A contratação visa substituir os contratos vigentes por uma solução mais robusta, escalável e economicamente vantajosa.

A solução escolhida — banda larga corporativa compartilhada com QoS — foi considerada a mais adequada por atender aos requisitos de desempenho, disponibilidade e flexibilidade, além de apresentar melhor relação custo-benefício e maior viabilidade técnica em todo o território estadual.

Dessa forma, a contratação está plenamente alinhada com o interesse público, promovendo a eficiência administrativa, a racionalização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, conforme demonstrado no ETP.

## 2.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
49	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE INFORMÁTICA POR MEIO DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS INTERNOS E EXTERNOS

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
49	Satisfação dos usuários de TIC do órgão	49	94%

ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES ANUAL <sup>3</sup>	
Descrição	
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS - LINKS REDUNDANTES	

## 2.3. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC (§ 2º, DO ARTIGO 40º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

A aquisição deverá ser realizada em **GRUPO ÚNICO**, sem prejuízo no resultado pretendido, pelas razões que seguem:

### Unidade Técnica da Solução

A contratação tem por objeto a **implantação, fornecimento e manutenção de links de internet banda larga corporativa** com padrão mínimo de desempenho, segurança e disponibilidade para **diversas unidades do TJRN**, incluindo fóruns, unidades administrativas e órgãos auxiliares. O serviço a ser prestado é de natureza **homogênea e padronizável**, não havendo diferenças técnicas significativas entre os pontos a serem atendidos que justifiquem a segmentação em lotes distintos.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://tjrn.jus.br/licitacoes-contratos-e-convenios/plano-de-contratacao-anual-pca>

A uniformidade da solução facilita a padronização dos seguintes aspectos:

- Equipamentos de rede utilizados (modems, ONUs, roteadores);
- Parâmetros de qualidade de serviço (QoS, uptime mínimo, IP fixo);
- Modalidade de atendimento técnico e suporte (centralizado);
- Procedimentos de instalação, testes e homologação.

### **Racionalidade Operacional e Logística**

O parcelamento da solução implicaria na **contratação de diferentes fornecedores para um serviço padronizado**, o que geraria dificuldades operacionais e administrativas significativas, tais como:

- Multiplicidade de interlocutores e canais de suporte técnico;
- Dificuldade na uniformização de relatórios de desempenho e indicadores de NMS;
- Aumento da complexidade para gestão contratual, fiscalização e aplicação de sanções;
- Riscos de incompatibilidade entre equipamentos e tecnologias utilizadas por diferentes prestadores.

### **Perda de Vantajosidade Econômica**

Do ponto de vista econômico, a **divisão da contratação em lotes menores tende a reduzir o poder de negociação do órgão contratante**, pois inviabiliza a economia de escala proporcionada por um contrato unificado. Na contratação em lote único, espera-se obter:

- Condições mais vantajosas por ponto instalado (desconto progressivo por volume);
- Redução de custos indiretos com deslocamentos técnicos e suporte em campo;
- Maior atratividade para fornecedores de médio e grande porte com ampla cobertura territorial.

### **Ampla Concorrência Garantida por Lote Único**

A análise de mercado demonstra que **diversos fornecedores com atuação regional e nacional** estão aptos a oferecer cobertura em todas as localidades abrangidas pelo contrato. Isso indica que **a adoção de lote único não compromete a competitividade**, especialmente considerando que empresas com porte técnico e logístico compatível com a demanda já atuam com abrangência estadual.

Adicionalmente, a realização do certame em lote único **não impede a participação de empresas de médio porte**, especialmente aquelas que atuam como **provedores regionais integradores**, aptos a oferecer soluções completas em diversos municípios.

## **2.4. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

Os resultados a serem alcançados são descritos abaixo:

### **1. Alta Disponibilidade dos Serviços de Conectividade**

Garantir que todas as unidades do PJRN — incluindo fóruns, unidades administrativas e órgãos auxiliares — tenham acesso contínuo e estável à internet e à rede corporativa, com **Nível Mínimo de Serviço (NMS) de 99,5% mensal**.

### **2. Redundância e Resiliência Operacional**

Assegurar **redundância de links** para mitigar riscos de interrupções, especialmente em serviços críticos como:

- Processos judiciais eletrônicos (PJe);
- Sessões virtuais e videoconferências;

- Sistemas de gestão orçamentária, patrimonial e de pessoal;
- Comunicação com sistemas nacionais como BacenJud, Sisbajud, entre outros.

### 3. Melhoria da Qualidade Técnica da Conectividade

- Redução de latência e jitter;
- Suporte a aplicações sensíveis como videoconferência e backup em nuvem;
- Monitoramento contínuo e relatórios periódicos de desempenho.

### 4. Padronização e Simplificação da Gestão Contratual

- Contratação em **lote único**, com padronização de equipamentos, suporte técnico e indicadores de desempenho;
- Redução da carga administrativa e dos custos operacionais com múltiplos contratos.

### 5. Eficiência Econômica e Otimização de Recursos

- Melhor relação custo-benefício em comparação com links dedicados;
- Previsibilidade orçamentária ao longo dos 30 meses de vigência contratual;
- Possibilidade de economia de escala e maior competitividade na licitação.

### 6. Aprimoramento da Governança de TIC

- Alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA), Plano de Logística Sustentável (PLS) e Política de Segurança da Informação (PSI);
- Fortalecimento da infraestrutura de TIC como base para a transformação digital do Judiciário.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (Alínea c, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, manutenção e suporte de links de banda larga corporativa compartilhada com QoS (Quality of Service)**, com o objetivo de garantir conectividade estável, segura e de alta disponibilidade entre as unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

A solução contempla:

- **Entrega técnica padronizada**, com links via fibra óptica ou rádio licenciado, preferencialmente com última milha dedicada;
- **Cobertura estadual**, com possibilidade de subcontratação de até 50% para localidades do interior, assegurando capilaridade e viabilidade técnica;
- **Atendimento a requisitos de desempenho**, como Nível Mínimo de Serviço (NMS) de 99,5%, baixa latência e jitter, escalabilidade e redundância;
- **Monitoramento contínuo e relatórios periódicos**, permitindo controle efetivo da qualidade do serviço prestado;
- **Suporte técnico 24x7**, com atendimento remoto e presencial conforme a criticidade da ocorrência;
- **Gestão centralizada**, com contratação em lote único, visando padronização, simplificação da fiscalização e economia de escala.

A solução foi definida com base em critérios técnicos, operacionais e econômicos, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), e está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA), à Política de Segurança da Informação (PSI) e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do PJRN.

## **4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Alínea d, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO**

#### **4.1.1. Disponibilidade dos Serviços de T.I.**

Para assegurar a disponibilidade dos Serviços de T.I., exige-se que as soluções contratadas mantenham um padrão elevado de desempenho operacional. Isso implica na garantia de um Nível Mínimo de Serviço (NMS) de 99,5%, indicador fundamental para a continuidade das operações e para minimizar quaisquer interrupções que possam comprometer as atividades institucionais.

### **4.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO**

A Contratada deverá fornecer treinamento e documentação técnica contemplando:

- Monitoramento e gestão dos links;
- Procedimentos para abertura e acompanhamento de chamados de suporte;
- Boas práticas para otimização da conectividade e da segurança.

O treinamento poderá ocorrer presencialmente ou por videoconferência, para até 06 profissionais, indicados pelo setor competente. O tempo destinado deverá ser suficiente para abordagem de todos os tópicos e esclarecimento de dúvidas.

### **4.3. REQUISITOS LEGAIS**

- Resolução nº 468, de 2022 do CNJ – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei nº 14.133, de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Resolução nº 370, de 2021 do CNJ – Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução nº 9, de 2025 do TJRN – Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte<sup>4</sup>;
- Resolução nº 45, de 2024 – Estabelece procedimentos de controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nos prédios do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte-PJRN<sup>5</sup>;
- Lei Complementar Estadual Nº 648, de 30 de abril de 2019 - RN<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/474>

<sup>5</sup> Disponível em <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/819>

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2021/qfnqym0pquo0v0k8dpw8rq5vmo9jce.pdf>

- Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Resolução nº 38, de 2021 do TJRN – Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte<sup>7</sup>;
- Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018 – Regula, no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, a ordem cronológica para pagamento de contratados.

#### 4.4. REQUISITOS TEMPORAIS

ITEM	TAREFA	DESCRIÇÃO	DEPENDÊNCIA	QUEM EXECUTA	QUEM RECEBE	PRAZO PARA CONCLUSÃO
1	Solicitar a solução	Emissão de documento oficial, requisitando a solução.	-	Contratante	Contratada	Em até 10 dias corridos, contados do dia útil seguinte à assinatura.
2	Entregar a solução	Entrega da solução nas localidades indicadas.	1	Contratada	Contratante	Em até 60 dias corridos, contados do dia útil seguinte à solicitação.
3	Executar conferência e teste na solução entregue	Fazer a conferência de todos os requisitos e executar testes de funcionamento.	2	Contratante	Contratante	Em até 30 dias corridos, contados do dia útil seguinte ao item anterior.
4	Elaborar TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Elaboração de documento de recebimento definitivo com a confirmação de que a solução foi recebida e testada.	2 e 3	Contratante	Contratada	Em até 2 dias úteis, contados do dia útil seguinte à conferência e testes.
5	Encaminhar TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Enviar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO através de e-mail para a contratada.	4	Contratante	Contratada	Em até 1 dia útil, contado do dia útil seguinte à elaboração do termo.

#### 4.5. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

Todos os requisitos de segurança e privacidade estão definidos na Política de Segurança da Informação do PJRN, disponível em <https://www.tjrn.jus.br/tecnologia-da-informacao/politica-de-seguranca-da-informacao-psi/>

#### 4.6. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

Os fornecedores devem atender ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJRN, disponível no endereço <https://tjrn.jus.br/planejamento-estrategico/plano-de-logistica-sustentavel-pls/>.

#### 4.7. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Os requisitos de projeto e implantação para a aquisição pretendida estão descritos abaixo:

##### 1. Planejamento e Dimensionamento

- A solução deve ser projetada com base na **demand estimada por unidade**, considerando o porte (pequeno, médio, grande) e a criticidade dos serviços prestados.
- O projeto deve prever **escalabilidade**, permitindo a ampliação da banda contratada conforme o crescimento da demanda.

##### 2. Tecnologia e Arquitetura

- Os links devem ser entregues por **fibra óptica** ou **rádio licenciado**.
- A arquitetura da rede deve permitir **redundância**, **balanceamento de carga** e **roteamento dinâmico**, especialmente para os links BGP.

<sup>7</sup> Disponível em <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/487>



### 3. Implantação Técnica

- A contratada deverá realizar a **ativação dos links** conforme cronograma definido.
- A ativação será considerada concluída após **testes de conectividade, velocidade, estabilidade e latência**, com emissão de relatório técnico.
- A implantação deve prever **mínima intervenção na infraestrutura existente**, aproveitando cabeamento e equipamentos compatíveis sempre que possível.

### 4. Homologação e Aceitação

- Cada link será considerado aceito após a **validação técnica pela equipe de fiscalização**, com base nos critérios de desempenho definidos no contrato.
- Não haverá recebimento provisório. O recebimento será **definitivo após a homologação técnica**.

### 5. Integração com Sistemas Existentes

- A solução deve ser compatível com os sistemas de monitoramento e gestão de rede já utilizados pelo PJRN.
- Deve permitir integração com ferramentas de observabilidade e geração de indicadores de desempenho.

## 4.8. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO (INCISO III, DO § 1º, DO ARTIGO 40º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

### 4.8.1. Vigência da garantia

A Contratada obriga-se a fornecer o objeto contratado, para todos os itens da composição do grupo, com garantia integral de toda a solução, sem ônus, pelo período de vigência do contrato, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Contratante.

### 4.8.2. Tipo da garantia

A contratada deverá assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços contratados, com garantia de qualidade, desempenho e suporte técnico, conforme os seguintes requisitos:

#### 1. Garantia Técnica da Solução

- A solução contratada deverá apresentar **Nível Mínimo de Serviço (NMS) de 99,5% de disponibilidade mensal**, sendo este o parâmetro mínimo de desempenho aceito para os links de conectividade.
- O cumprimento do NMS será verificado por meio de **monitoramento contínuo**, relatórios técnicos mensais e registros de chamados abertos.

#### 2. Suporte Técnico e Atendimento

- A contratada deverá disponibilizar suporte técnico 24x7, com atendimento remoto (via telefone, e-mail ou portal) e presencial, conforme a criticidade da ocorrência.
- O tempo de resposta e de resolução deverá seguir as faixas estabelecidas no contrato, com **prioridade para falhas críticas** que comprometam a operação do PJRN.

#### 3. Penalidades por Descumprimento

- Em caso de descumprimento dos níveis mínimos de serviço, serão aplicadas **glosas proporcionais** ao valor do link afetado, conforme tabela de faixas de desconto definida no contrato.
- A reincidência de falhas poderá ensejar **aplicação de sanções administrativas**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### 4. Substituição e Correção

- A contratada deverá realizar **manutenção corretiva** sempre que identificadas falhas técnicas, com substituição de equipamentos ou rotas, sem ônus adicional para a Administração.
- Em caso de falhas não solucionadas dentro do prazo contratual, será exigida **a substituição imediata do serviço ou equipamento**.

##### 4.8.3. Coberturas da Garantia

A garantia abrangerá:

- A garantia deverá abranger o suporte e a manutenção integral dos links contratados, devendo ser providos pela contratada todos os equipamentos, materiais e recursos necessários à prestação adequada do serviço durante toda a vigência do contrato, em conformidade com o Nível Mínimo de Serviço estabelecido neste Termo de Referência.
- A cobertura inclui o reparo ou substituição de peças e componentes defeituosos, sem qualquer ônus para a instituição contratante, incluindo todos os custos de transporte, mão de obra e demais despesas associadas.
- A garantia inclui o reparo ou substituição de peças e componentes defeituosos, sem ônus para a instituição, incluindo os custos de transporte e mão de obra.

##### 4.8.4. Exclusões da Garantia

Não estarão cobertos pela garantia:

- Danos causados por uso indevido, negligência, imperícia ou manuseio incorreto por parte da contratante, seus prepostos ou terceiros não autorizados;
- Interrupções ou falhas decorrentes de intervenções não autorizadas nos equipamentos ou na infraestrutura por parte da contratante;
- Equipamentos e componentes que não façam parte do escopo contratado ou que tenham sido fornecidos por terceiros;
- Danos ocasionados por fenômenos da natureza, tais como, descargas elétricas (raios), enchentes, alagamentos ou umidade excessiva, incêndios provocados por causas naturais, ventanias desmoronamentos e outros eventos classificados como casos fortuitos ou força maior.

##### 4.8.5. Modalidades de Suporte Técnico

###### 1. Suporte Técnico Remoto

- Atendimento por **telefone, e-mail ou portal web**;
- Disponível **24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7)**;
- Utilizado para resolução de problemas de configuração, desempenho ou conectividade que possam ser solucionados sem deslocamento técnico;
- Deve permitir **abertura e acompanhamento de chamados com número de protocolo**.

###### 2. Suporte Técnico Presencial

- Acionamento quando o suporte remoto não for suficiente para resolver o problema;
- Atendimento realizado por **técnicos especializados no local da unidade afetada**;
- Deve respeitar os **prazos de resposta e resolução** definidos conforme a criticidade do incidente;
- Pode incluir substituição de equipamentos, ajustes físicos ou testes de conectividade.

#### **4.8.6. Substituição de partes da solução**

As partes que apresentarem defeitos, no período de vigência do contrato, deverão ser substituídas por outras que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das utilizadas na instalação inicial.

#### **4.8.7. Demais requisitos de garantia e manutenção**

- 1) O acionamento da garantia deverá ser realizado através de ligação telefônica, mensagem eletrônica (e-mail), ou ainda através de sistema web disponibilizado pela Contratada, em horário comercial, das 08:00 às 18:00, de segunda a sexta;
- 2) O primeiro atendimento, para diagnóstico, deverá ser realizado conforme item “6.5 – Níveis Mínimos de Serviço Exigidos”;
- 3) O recolhimento de produtos defeituosos ou inoperantes deverá ser realizado nas dependências onde foram originalmente instalados, no horário de funcionamento do TJRN, por pessoa devidamente autorizada pela CONTRATADA, no ato do primeiro atendimento para diagnóstico, após acionamento da garantia realizado pela CONTRATANTE;
- 4) Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus.

### **4.9. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

#### **4.9.1. Requisitos**

Os requisitos de qualificação técnica para fornecimento da solução são importantes para garantir que a contratada possua o conhecimento e experiência necessárias para entregar um serviço eficiente e confiável

#### **4.9.2. Comprovação dos requisitos**

Tal característica deve ser comprovada através da apresentação de certificados ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- **Para os itens do grupo 1:** Fornecimento de **serviço de links de dados para acesso à internet por meio de banda larga**, contemplando **no mínimo 50 links ativos**, distribuídos nas velocidades de **100 Mbps e/ou 250 Mbps**.
- Deverá ser apresentada **comprovação de fornecimento de 01 link de acesso à internet com BGP** nas capacidades mínimas de **1 Gbps**.

Nos termos da Súmula **TCU 263/2011**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços ou entrega de bens com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado e, no caso concreto, não há como deixar de reconhecer que o quantitativo mínimo exigido é prudente e bastante razoável (inferior a 50% às parcelas de maior relevância), eis que representa um percentual mínimo do montante a ser adquirido, mormente quando considerado o valor global do contrato (parcela de maior relevância) e os riscos que podem advir para a Administração em face da contratação de empresa que não foi aferida minimamente a sua capacidade técnica de entregar equipamentos tão importantes para o Poder Judiciário do RN, dentro do prazo previsto, justificando, portanto, tal medida.

A comprovação de habilitação poderá ser obtida por meio da apresentação de diferentes contratos celebrados entre a licitante e entes públicos e/ou privados desde que, em conjunto, sirvam para demonstrar a capacidade da empresa em entregar toda a solução descrita neste Termo de Referência.

#### **4.10. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE**

Não se aplica, por se tratar de prestação de serviços sem mão-de-obra dedicada.

#### **4.11. REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO**

##### **1. Participação em Consórcio**

**Não será permitida a participação de empresas em consórcio** nesta contratação, considerando os seguintes fundamentos:

- **Unicidade e padronização da solução:** A contratação será realizada em lote único, com fornecimento homogêneo de serviços de conectividade, o que exige uniformidade técnica, operacional e de atendimento;
- **Responsabilidade contratual clara:** A vedação ao consórcio assegura que haja um único responsável pela execução integral do contrato, facilitando a fiscalização, a aplicação de sanções e a responsabilização por eventuais falhas;
- **Agilidade na resolução de problemas:** A atuação de um único fornecedor evita conflitos de competência entre consorciadas e garante maior eficiência na comunicação e no atendimento técnico;
- **Segurança jurídica e contratual:** A exclusão de consórcios reduz riscos de litígios entre empresas participantes e assegura maior controle sobre a execução contratual.

##### **2. Subcontratação**

Será **permitida a subcontratação parcial da solução**, limitada a até **50% do objeto contratado**, exclusivamente para atendimento de localidades do interior do Estado do Rio Grande do Norte, desde que:

- A subcontratada atenda aos mesmos requisitos técnicos e operacionais exigidos da contratada principal;
- A contratada principal permaneça **inteiramente responsável pela execução do contrato**, inclusive pelas obrigações técnicas, legais, fiscais e trabalhistas da subcontratada;
- A contratada assegure que a subcontratada cumpra integralmente os níveis mínimos de serviço (NMS) e demais cláusulas contratuais.

Essa flexibilização visa garantir **capilaridade técnica e logística**, especialmente em regiões onde a contratada principal não possua infraestrutura direta, sem comprometer a qualidade e a uniformidade da solução.

#### **4.12. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO**

A metodologia de trabalho a ser adotada pela contratada deverá garantir a execução eficiente, segura e padronizada da solução de conectividade, desde a ativação dos links até o suporte contínuo durante toda a vigência contratual. Os requisitos mínimos são:

### 1. Planejamento e Execução Técnica

- A contratada deverá apresentar, no início da execução, um **plano de implantação** contendo:
  - Cronograma de ativação dos links por unidade;
  - Etapas de testes e homologação;
  - Procedimentos de contingência para falhas na ativação.
- A ativação de cada link deverá ser precedida de **testes técnicos de conectividade, velocidade, latência e estabilidade**, com emissão de relatório técnico para validação pela equipe de fiscalização.

### 2. Comunicação e Formalização

- Toda comunicação entre a contratada e a equipe de fiscalização deverá ser formalizada por meio de:
  - Sistema de chamados com número de protocolo;
  - E-mail institucional;
  - Relatórios técnicos mensais.
- A contratada deverá indicar um **preposto formal**, com poderes de decisão, para atuar como ponto focal durante toda a execução contratual.

### 3. Monitoramento e Relatórios

- A contratada deverá manter **monitoramento contínuo dos links**, com geração de relatórios mensais contendo:
  - Indicadores de disponibilidade (NMS);
  - Ocorrências de falhas e respectivos tempos de resposta e resolução;
  - Consumo de banda e desempenho por unidade.

### 4.13. REQUISITOS DE VISTORIA TÉCNICA

Poderá ser autorizada a realização de **vistoria técnica prévia** nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), com o objetivo de permitir que os licitantes conheçam as condições locais de instalação e operação dos serviços de conectividade.

A vistoria, quando realizada, deverá observar os seguintes critérios:

- A empresa interessada deverá **agendar previamente a visita técnica** com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), com **antecedência mínima de 48 horas úteis**, por meio do telefone (84) 3673-9121;
- Ao final da vistoria a empresa interessada deverá registrar as observações em **termo próprio** e encaminhar para assinatura da equipe técnicas da Setic;
- A realização da vistoria **não será obrigatória**, mas é **altamente recomendada**, especialmente para localidades com infraestrutura mais complexa ou de difícil acesso;
- A ausência de vistoria **não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para descumprimento contratual** ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro;
- As despesas com deslocamento, hospedagem e demais custos relacionados à vistoria correrão por conta exclusiva da empresa interessada.

#### 4.14. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

- Os links devem atender, no mínimo, as especificações constantes no ANEXO I deste Termo de Referência;
- A contratada se obriga a fornecer todo o hardware, software, firmware, cabos e conectores necessários ao bom funcionamento dos equipamentos.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Alínea e, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

#### 5.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

A execução do contrato será iniciada mediante emissão de **Ordem de Serviço** pela SETIC, conforme cronograma de ativação previamente acordado. A contratada deverá realizar a **implantação técnica dos links**, com testes de conectividade, velocidade, latência e estabilidade, e apresentar relatório técnico para validação.

A ativação de cada link será considerada concluída somente após a **homologação técnica pela equipe de fiscalização**.

##### 5.1.1. Local de entrega dos bens (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021)

Os serviços deverão ser prestados nas **unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN)**, conforme lista de localidades a ser disponibilizada em anexo específico.

##### 5.1.2. Termo de recebimento provisório (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021)

Não haverá recebimento provisório.

##### 5.1.3. Termo de recebimento definitivo (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021)

O **recebimento será considerado definitivo** após a realização de testes técnicos e validação dos seguintes critérios:

- Estabilidade da conexão;
- Velocidade contratada;
- Disponibilidade mínima exigida (NMS);
- Conformidade com os requisitos técnicos.

A validação será formalizada por meio de **Termo de Recebimento Definitivo**, assinado pela equipe de fiscalização.

##### 5.1.4. Documentação para pagamento

Após envio do Termo de Recebimento Definitivo, a contratada encaminhará a documentação necessária para que o Contratante dê início ao processo de pagamento.

## 5.2. TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ações Necessárias no Encerramento Contratual	Responsável	Prazo
( ) Verificação de atualizações de firmwares e patches de correção e segurança.		
( ) Transferência final de conhecimentos		
( ) Entrega de documentação		
( ) Devolução de recursos materiais		
( X ) Revogação de perfis de acesso	Em caso de criação de perfis de acesso, o fiscal técnico deverá providenciar a revogação de todos eles.	No encerramento do contrato
( ) Eliminação de caixas postais		
( X ) Encerramento de todos os chamados	O fiscal técnico deverá cobrar da contratada o atendimento a todos os chamados abertos, caso necessário.	Até o encerramento do contrato.

## 5.3. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a **capacidade mínima de fornecimento** conforme os quantitativos definidos no Termo de Referência. A SETIC poderá utilizar esses parâmetros para fins de:

- Comparação com propostas futuras;
- Avaliação de desempenho;
- Controle de qualidade e conformidade contratual.

## 5.4. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

A contratada deverá disponibilizar:

- **Canal de atendimento remoto (telefone, e-mail e/ou portal web)** para abertura e acompanhamento de chamados;
- Sistema de chamados com **número de protocolo e histórico de atendimento**;
- **Preposto formalmente designado**, com poderes de decisão, para atuar como ponto focal da contratada junto à equipe de fiscalização;
- Relatórios mensais de desempenho e disponibilidade, enviados por meio eletrônico.

## 5.5. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em

quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

O modelo do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no PJRN, a ser assinado pelo representante legal da Contratada encontra-se no Anexo III.

## **5.6. GARANTIA CONTRATUAL**

Nos termos do Capítulo II da Lei nº 14.133/2021, será exigida a prestação de garantia contratual pelo contratado, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia deverá corresponder a 2% (dois por cento) do valor anual do contrato, podendo ser prestada nas modalidades previstas no art. 96 da referida Lei.

Tal exigência visa mitigar riscos à Administração, garantindo maior segurança jurídica e financeira, conforme os princípios da eficiência e da proteção ao interesse público.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** (Alínea f, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **6.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES**

#### **6.1.1. Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE**

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- a) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- b) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- c) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- d) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- e) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- f) Exigir da contratada, durante a execução do contrato, a manutenção das condições de habilitação e



qualificação exigidas.

### **6.1.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- a) Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 dias úteis, após a assinatura do contrato junto ao contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados ao contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo contratante;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e da Resolução nº 38, de 06 de outubro de 2021;
- j) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do contratante;
- k) Não fazer uso das informações prestadas pelo contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão, devendo manter o sigilo absoluto, conforme Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;
- l) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato, nos termos do Art. 121 da lei nº 14.133, de 2021;
- m) Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- n) Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- o) Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pelo Contratante.

### **6.2. EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO**

A equipe de gestão da contratação, responsável por fiscalizar a execução contratual, deverá realizar todas as atividades das etapas de gestão do contrato.

Para fins de papéis e responsabilidades o Guia de Contratações de TIC do Poder judiciário, anexo da Resolução CNJ nº 468/2021, disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4663>, as atribuições a seguir foram consideradas:

- I. **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Demandante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- II. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- III. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa do órgão, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações. fiscais, previdenciárias e trabalhistas e demais obrigações contratuais.
- IV. **Fiscal Demandante do Contrato:** servidor representante da Área Demandante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

### 6.3. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A aceitação dos serviços contratados será condicionada à verificação do cumprimento integral dos requisitos técnicos, operacionais e contratuais estabelecidos neste Termo de Referência. Serão considerados os seguintes critérios:

- **Conectividade funcional:** o link deve estar ativo, estável e integrado à rede institucional;
- **Velocidade contratada:** aferida por meio de ferramentas de medição homologadas;
- **Estabilidade da conexão:** sem quedas, oscilações ou interrupções não justificadas;
- **Latência e jitter:** dentro dos parâmetros aceitáveis para aplicações críticas;
- **Entrega da documentação técnica:** incluindo relatório de ativação, parâmetros aferidos e evidências de conformidade;
- **Validação pela equipe de fiscalização:** composta por fiscais técnico, administrativo e demandante.

### 6.4. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

Para cada link ativado, deverão ser realizados os seguintes testes técnicos:

#### a) Teste de Conectividade

- Verificação de acesso à internet e à rede corporativa do PJRN;
- Teste de resolução de DNS, ping e traceroute.

#### b) Teste de Velocidade

- Medição da banda contratada (download e upload) utilizando ferramentas reconhecidas;
- Comparação com os valores estabelecidos no contrato.

#### c) Teste de Estabilidade

- Monitoramento contínuo por período mínimo de 24 horas após ativação;
- Verificação de perda de pacotes, variação de latência e jitter.

**d) Teste de Redundância (quando aplicável)**

- Simulação de falha no link principal para verificar ativação automática do link redundante.

**e) Teste de Integração**

- Validação do funcionamento de sistemas críticos (PJe, videoconferência, backup em nuvem) sobre o link ativado.

## 6.5. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

Disponibilidade mínima: 99,5% (mensal);

Penalidades: Aplicadas de forma proporcional ao tempo de indisponibilidade e à criticidade do serviço afetado, conforme tabela abaixo:

INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
OPERACIONALIDADE DE LINK WAN PERMANENTE E TEMPORÁRIO	<b>99,00%</b>	Abaixo de 99,00% até 98,50%.	5,00%
		Abaixo de 98,50% até 98,00%.	15,00%
		Abaixo de 98,00% até 97,50%.	30,00%
		Abaixo de 97,50% até 97,00%.	50,00%
		Abaixo de 97,00% até 96,00%.	75,00%
		Abaixo de 96,00%.	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
OPERACIONALIDADE DE LINK DE ACESSO À INTERNET	<b>99,50%</b>	Abaixo de 99,50% até 99,25%.	5,00%
		Abaixo de 99,25% até 99,00%.	15,00%
		Abaixo de 99,00% até 98,75%.	30,00%
		Abaixo de 98,75% até 98,50%.	50,00%
		Abaixo de 98,50% até 98,25%.	75,00%
		Abaixo de 98,25%.	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
EXECUÇÃO DA ATIVAÇÃO	Ativação do LINK	LINK WAN PERMANENTE	100,00%
		LINK WAN TEMPORÁRIO	200,00%
		LINK DE INTERNET	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA ATIVAÇÃO OU MUDANÇA DE ENDEREÇO PARA LINK WAN	<b>15</b> dias corridos, contados do dia útil seguinte ao pedido	De 1 a 5 dias corridos de atraso	10,00%
		De 6 a 10 dias corridos de atraso	25,00%
		De 11 a 20 dias corridos de atraso	50,00%
		Acima de 20 dias corridos de atraso	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA ATIVAÇÃO OU MUDANÇA DE ENDEREÇO PARA LINK DE INTERNET	<b>30</b> dias corridos, contados do dia útil seguinte ao pedido	De 1 a 5 dias corridos de atraso	10,00%
		De 6 a 10 dias corridos de atraso	25,00%
		De 11 a 20 dias corridos de atraso	50,00%
		Acima de 20 dias corridos de atraso	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA INÍCIO DE ATENDIMENTO POR INDISPONIBILIDADE	<b>15</b> minutos a partir da ocorrência	Acima de 15 até 30 minutos	1,00%
		Acima de 30 até 60 minutos	2,00%
		Acima de 60 até 120 minutos	3,00%
		Acima de 120 minutos	5,00%

O cumprimento dos níveis de serviço será monitorado através dos chamados abertos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

## **6.6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO**

6.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
  - i) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - ii) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.6.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - iii) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.6.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - iv) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.6.1, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato.
  - v) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.6.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - vi) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.6.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

6.6.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a

multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.
- c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.6.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.7.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.6.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada com base no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.9.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.6.11. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza o TRIBUNAL a promover a extinção do Contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO** (Alínea g, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **7.1. DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS**

A contratada emitirá NOTA FISCAL/FATURA, com aplicação de eventuais descontos decorrentes do descumprimento dos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, na forma detalhada no Item 6.5 - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.

### **7.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Para que o pagamento possa ser efetuado, a contratada se obriga a fornecer, acompanhados das NOTA FISCAL/FATURA, os documentos abaixo listados:

- 7.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais);
- 7.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos Estaduais);
- 7.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;
- 7.2.4. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** (CND do INSS), emitida pela Receita Federal;
- 7.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 7.2.6. Prova de regularidade **Trabalhista**: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440, de 7 de julho de 2011);

Nos documentos acima listados devem, obrigatoriamente, constar o mesmo CNPJ, a mesma razão social e o mesmo endereço da empresa participante do certame, observadas as demais disposições contidas em Edital.

### **7.3. DO PRAZO PARA PAGAMENTO**

Na forma do artigo 141 da Lei nº 14.133, de 2021 e desde que inteiramente atendido todo o disposto nos itens 7.1 - Das notas fiscais/faturas e 7.2 - Das condições de pagamento, os pagamentos se darão conforme disposto na RESOLUÇÃO N.º 15-TJ, DE 09 DE MAIO DE 2018<sup>8</sup>, que regula, no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, a ordem cronológica para pagamento de contratados;

### **7.4. DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR A PAGAR, NO EVENTUAL ATRASO DO PAGAMENTO**

No caso da não efetivação do pagamento no prazo acima estabelecido, desde que a contratada não

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/608>

tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

**EM = i x N x VNF**, onde:

**EM** são os encargos moratórios devidos;

**N** é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VNF** é valor da Nota Fiscal/Fatura;

**i** é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPD (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é:

$$i = [ ( \text{INPC} + \text{IGPD} ) / 2 ] / 365$$

7.4.1. O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;

7.4.2. Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPD), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (Alínea h, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **8.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

#### **8.1.1. Da modalidade da licitação e dos critérios para definição do vencedor.**

O certame licitatório poderá ser realizado por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando como critério de julgamento das propostas o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as especificações técnicas contidas no ANEXO I deste Termo de Referência e desde que atendidas as exigências do Edital de Licitação.

#### **8.1.2. Do regime de execução do contrato**

Na forma do Inciso XXIX, do Art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, o regime a ser adotado será o de **fornecimento e prestação de serviço associado**, que é o regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

### **8.2. JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA**

A aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência está estabelecido nos Incisos I e II, do Art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021 e trata sobre bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e/ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o déficit comercial do setor de componentes eletrônicos foi de US\$ 38,6 bilhões em 2022. O consumo de semicondutores no Brasil em 2021 foi da ordem de US\$ 11 bilhões, mas apenas 8% dessa demanda foi atendida por



fabricantes nacionais<sup>9</sup>.

Desta forma, nota-se que existe uma grande dependência da importação de componentes eletrônicos para a montagem de produtos de TIC em nosso país, destacando que todos os bens a serem adquiridos se utilizam destes componentes, em maior ou menor escala.

Diante das informações apresentadas, **NÃO** se aplica o Direito de Preferência e Margens de Preferência nesta contratação.

### **8.3. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO**

#### **8.3.1. Da qualificação técnica**

Os critérios de qualificação técnica foram definidos no item 4.9 – Requisitos de Experiência Profissional

#### **8.3.2. Da análise das propostas**

A análise das propostas objetivará o atendimento das condições estabelecidas neste termo de referência, sendo desclassificada a proposta que (Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021):

- Contiverem vícios insanáveis;
  - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 
- As comprovações podem ser feitas através de documentação oficial de cada item da solução, como “especificações técnicas”, manuais e/ou endereços de internet oficiais.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Alínea i, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor da contratação, com valor total de R\$ 7.932.917,40 (**para 30 meses de contrato, utilizando a demanda máxima**), foi realizada através de consulta a contratações similares da administração pública e consulta direta a fornecedores locais. Seu detalhamento se encontra no ANEXO II.

---

<sup>9</sup> <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/348-paises-se-articulam-para-diminuir-dependencia-das-cadeias-de-suprimento-globais-de-semicondutores>



Pesquisa Nº: 3/2026	Nº Processo: 10384/2025	Período: 13/01/2026	Tipo de Cálculo: Valor Médio							Valor Final: 7.532.917,40		
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de link de banda larga corporativa compartilhada com QoS (Quality of Service), com vistas à disponibilização de rede corporativa para as diversas localidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), incluindo garantia do serviço e suporte, de acordo com as especificações e definições constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS.												
Item - Código - Especificação	Qtd	Unid	Proporção (4000) Fornecedor(a)								Vlr. Médio Unidade	Vlr. Médio Total
			0001 DE PREÇO (1)	0002 DE PREÇO (2)	0003 DE PREÇO (3)	0004 DE PREÇO (4)	0005 DE PREÇO (5)	0006 DE PREÇO (6)	0007 DE PREÇO (7)	0008 DE PREÇO (8)		
GRUPO ÚNICO												
1 - 002881 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - REDE METROPOLITANA - 50 MBPS	400,00	UN	680,00	1.080,15	1.243,40	1.318,00	2.200,00	3.600,00	0,00	0,00	1.214,83	545.862,00
2 - 002882 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - INTERIOR DO RN - 50 MBPS	750,00	UN	680,00	1.080,15	1.308,07	1.318,00	2.200,00	3.600,00	0,00	0,00	1.235,57	926.877,50
3 - 002883 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - REDE METROPOLITANA - 100 MBPS	300,00	UN	1.168,00	1.347,82	1.360,00	1.408,83	1.791,88	2.140,00	0,00	0,00	1.386,74	418.022,00
4 - 002884 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - INTERIOR DO RN - 100 MBPS	1.300,00	UN	1.168,00	1.347,82	1.360,00	1.408,83	1.836,00	2.140,00	0,00	0,00	1.416,36	2.124.360,00
5 - 002885 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - REDE METROPOLITANA - 200 MBPS	300,00	UN	1.302,18	1.600,00	2.128,43	4.488,79	8.280,89	11.400,00	0,00	0,00	1.797,20	539.160,00
6 - 002886 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - INTERIOR DO RN - 200 MBPS	600,00	UN	1.168,00	1.302,18	1.400,00	1.600,00	1.800,00	2.240,40	3.488,00	4.488,79	1.687,76	1.012.608,00
7 - 002887 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - REDE METROPOLITANA - 300 MBPS	180,00	UN	1.168,00	1.688,30	2.170,30	3.108,17	3.680,00	10.000,00	0,00	0,00	1.688,17	303.870,60
8 - 002888 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - INTERIOR DO RN - 300 MBPS	120,00	UN	1.168,00	1.688,30	2.170,30	3.363,81	3.680,00	8.200,00	10.000,00	0,00	2.445,00	293.232,00
9 - 002889 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - REDE METROPOLITANA - 1000 MBPS	120,00	UN	2.088,00	2.170,30	2.088,00	5.048,47	14.600,00	0,00	0,00	0,00	3.275,10	393.012,00
10 - 002890 - LINK BANDA LARGA PERMANENTE - INTERIOR DO RN - 1000 MBPS	30,00	UN	2.088,00	2.170,30	4.321,00	6.267,74	14.600,00	0,00	0,00	0,00	3.471,91	104.156,30
11 - 002891 - LINK BANDA LARGA TEMPORÁRIO - REDE METROPOLITANA - 100 MBPS	80,00	UN	1.080,15	1.168,00	1.360,00	1.408,83	2.140,00	3.206,67	0,00	0,00	1.269,75	76.180,00
12 - 002892 - LINK BANDA LARGA TEMPORÁRIO - INTERIOR DO RN - 100 MBPS	80,00	UN	1.080,15	1.168,00	1.360,00	1.408,83	2.140,00	3.516,88	0,00	0,00	1.269,75	114.277,50
13 - 002893 - LINK SUP DE ACESSO À INTERNET - 1000 MBPS	80,00	UN	2.088,00	2.170,30	3.874,72	4.321,00	14.600,00	0,00	0,00	0,00	3.115,26	189.916,80
14 - 002894 - LINK SUP DE ACESSO À INTERNET - 2000 MBPS	80,00	UN	2.168,00	2.460,00	3.160,00	5.040,00	6.497,88	0,00	0,00	0,00	2.768,00	189.916,80
15 - 002895 - DUPLA BORDADERIA LINK SUP - 1000 MBPS	80,00	UN	2.088,00	2.170,30	3.874,72	4.321,00	14.600,00	0,00	0,00	0,00	3.115,26	189.916,80
16 - 002896 - DUPLA BORDADERIA LINK SUP - 2000 MBPS	80,00	UN	2.168,00	2.460,00	4.800,00	5.040,00	6.497,88	0,00	0,00	0,00	3.748,30	224.862,80

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Alínea j, do inciso XXIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### 10.1. AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Dentre as ações orçamentárias de T.I. do PJRN, destacamos a que esta contratação se encaixa:

- ( ) Laboratório de Inovação
- ( ) Segurança Cibernético
- ( X ) Gestão de Infraestrutura**
- ( ) Sistemas judiciais e administrativos

### 10.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

10.2.1. Tratando-se de **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato, somente será permitido em casos que se demonstre que fatores imprevisíveis ou previsíveis com consequências inestimáveis causaram distorções nas condições efetivas da proposta original.

10.2.2. A contratada deverá demonstrar os fatos causadores das distorções e o Contratante analisará os impactos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.2.3. Em caso de necessidade de **reajuste**, deverá seguir as condições estabelecidas abaixo:

I. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo, nos termos do §3º, do artigo 92, da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- III. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- IV. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- V. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- VI. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- VII. O reajuste será precedido de solicitação da contratada e analisado previamente pela Secretaria de Orçamento e Finanças.
- VIII. Os efeitos financeiros retroagem a data de aquisição do direito, nos termos do item I desta Cláusula.
- IX. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 11. ANEXOS

- ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- ANEXO II – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
- ANEXO IV – DETALHAMENTO DA DEMANDA INICIAL.

## 12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

COORDENADOR DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	INTEGRANTE TÉCNICO
Gustavo Henrique Costa Ribeiro Matrícula: 812.774-3	Glauber de Moraes Soares Matrícula: 203.912-5
INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Eudes Fideles de Andrade Matrícula: 812.775-1	Bernardo Campos Cavalcanti Matrícula: 162.962-0